

RenovaBio

Próximos passos

No dia 1º de fevereiro, no auditório do Centro Cultural da Fundação Getúlio Vargas (FGV), realizou-se o encontro "RenovaBio - Próximos Passos", organizado pela FGV Energia, Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, e pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) do Ministério das Minas e Energia (MME). O evento teve apoio institucional do próprio MME. A ABQ se fez presente por meio do Editor da Revista de Química Industrial, Prof. Júlio Carlos Afonso, do Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

iniciativas a serem adotadas pelo MME, ANP e EPE para viabilizar a implementação do RenovaBio, instituído pela Lei nº 13.576, de 26 de dezembro de 2017 (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2017/lei-13576-26-dezembro-2017-786013-publicacaooriginal-154631-pl.html>).

O RenovaBio é um programa do Governo Federal para expandir a produção de biocombustíveis no Brasil, baseada na previsibilidade, na sustentabilidade ambiental, econômica e social, e compatível com o

crescimento do mercado. Essa iniciativa tem como objetivos: a) Contribuir para o atendimento aos compromissos do Brasil no âmbito do Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima; b) Contribuir com a adequada relação de eficiência energética e de redução de emissões de gases causadores do efeito estufa na produção, na comercialização e no uso de biocombustíveis; c) Promover a adequada expansão da produção e do uso

de biocombustíveis na matriz energética nacional, com ênfase na regularidade do abastecimento de combustíveis; d) Contribuir com previsibilidade para a participação competitiva dos diversos biocombustíveis no mercado nacional de combustíveis.

Lançado em dezembro de 2016, o RenovaBio foi submetido à consulta pública no primeiro trimestre de 2017, e em junho suas diretrizes foram aprovadas pelo Conselho Nacional de Política Energética (CNPE).



Durante as mais de 4 h de duração, mais de 300 pessoas lotaram o auditório, representado por profissionais não só da academia, mas também investidores, membros de ONGs e de órgãos ligados ao meio ambiente, imprensa, políticos e observadores internacionais. Todos tiveram a oportunidade de conhecer detalhes do RenovaBio e das ações em curso para a sua implementação, consolidação e regulamentação.

No encontro foram apresentadas as principais

Ele vai ao encontro do Acordo do Clima de Paris e atende a alguns compromissos do Brasil como o de cortar as emissões de gases causadores do efeito estufa.

A abertura do evento contou com a presença do Secretário de Petróleo e Gás do MME, Márcio Félix, que declarou; "Que a minuta do decreto, que é o coração da governança do RenovaBio, ainda vai ser debatida no governo, com a sociedade, até que ela possa chegar em junho." E ainda comentou que os biocombustíveis são a única fonte renovável de retenção líquida de CO₂ a partir da fixação do carbono.

Felipe Kury, diretor da ANP, falou na abertura do evento e ressaltou também a importância do programa para a economia: "o RenovaBio é uma grande oportunidade para o País em termos de geração de emprego, desenvolvimento econômico e ampliação da renda em diversas regiões. Os biocombustíveis terão cada vez mais uma presença firme em nossa matriz energética."

O evento teve como painelistas: o Diretor Superintendente da União Brasileira do Biodiesel e Bioquerosene (Ubrabio), Donizete Tokarski; a Presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (UNICA), Elizabeth Farina; o Diretor da ANP, Aurélio Amaral; a Pesquisadora da FGV Energia, Tamar Roitman; o Diretor de Estudos do Petróleo, Gás e Biocombustíveis da EPE, José Mauro Coelho.

Donizete Tokarski destacou que "O RenovaBio vai muito além de uma política para o setor de biocombustíveis. É uma política de Estado que trata do meio ambiente, desenvolvimento socioeconômico, investimento em inovação e cuidado com a saúde pública".

José Mauro Coelho, falou da participação da EPE e agradeceu à sua equipe integrada por profissionais de expertises distintas. Ele também destacou os Modelos Matemáticos da EPE, que têm por objetivo subsidiar o MME em aspectos relacionados ao RenovaBio.

Elizabeth Farina assinalou que "A União da Indústria de Cana-de-Açúcar comemorou a sanção da Lei do RenovaBio. Para a entidade, isso vai elevar a previsibilidade para a retomada de investimentos e para o



crescimento da produção de biocombustíveis. A UNICA também comunicou que espera contribuir para a regulamentação da lei, de forma a garantir uma efetiva operacionalização do programa. O Brasil realmente dá um grande e importante passo para reduzir emissões de gases de efeito estufa."

Tamar Roitman mostrou resultados de pesquisas conduzida na FGV Energia, consignadas em um artigo que p o d e s e a c e s s a d o e m <http://fgvenergia.fgv.br/noticias/artigo-importancia-do-renovabio-para-o-acordo-do-clima>.

Aurélio Amaral, explicou as ações da ANP sob o aspecto regulatório. "A ANP editará duas resoluções para regular o RenovaBio. Uma delas trará os requisitos de credenciamento das firmas inspetoras e o cálculo da nota de eficiência energético-ambiental, com previsão para o primeiro semestre de 2018. A outra resolução apresentará as regras de comercialização do CBIO (créditos de descarbonização) em bolsa, para o segundo semestre", esclareceu. Além das resoluções, que passarão por consulta e audiência públicas, o diretor destacou que a Agência também tem ações para consolidação do tema internamente. "Criamos uma coordenação de biocombustíveis, dentro da Superintendência de Biocombustíveis e de Qualidade de Produtos, estamos intensificando a capacitação do pessoal envolvido, inclusive com trocas de experiência com outros países, e instituiremos o RenovaBio Digital, para promoção da transparência de dados e informações sobre o programa".